de 1926, eliminada a condição «por viagem de ida e volta».

Art. 12.º As embarcações desprovidas de meios de propulsão, cujos proprietários pretendam applicá-las na navegação e comércio marítimo, devem dar cumprimento ao preceituado neste decreto até o dia 1 de Julho de 1929.

Art. 13.º Durante o período transitório que vai da data da publicação do presente decreto até aquela em que entra em execução podem as capitánias dos portos conceder as «licenças por viagem de ida e volta» previstas na verba 50.ª-B da tabela aprovada por decreto n.º 12:822, de 1 de Novembro de 1926, respeitadas as formalidades e restrições que antecediam a concessão de licenças análogas dadas a título precário.

§ único. Em todos os casos, essas licenças consideram-se caducas em 30 de Junho de 1929.

Art. 14.º Qualquer infracção às disposições deste decreto é punida com a pena de multa até 10.000\$, se outra maior lhe não couber por applicação da lei geral ou especial.

Art. 15.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 23 de Outubro de 1928. — ANTONIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *José Vicente de Freitas* — *José da Silva Monteiro* — *António de Oliveira Salazar* — *Júlio Ernesto de Moraes Sarmiento* — *Antibal de Mesquita Guimarães* — *António Maria de Bettencourt Rodrigues* — *José Dias de Araújo Correia* — *José Bacelar Bebiano* — *Duarte Pacheco* — *Joaquim Mendes do Amaral*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negócios Comerciais
e Consulares

2.ª Repartição

Decreto n.º 16:058

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, e tendo em vista o disposto no artigo 11.º do regulamento consular português, sob proposta do Ministro dos Negócios Estrangeiros: hei por bem extinguir os Vice-Consulados de Portugal em Brixham, Chepstow e St. Ives (Grã-Bretanha).

O Ministro dos Negócios Estrangeiros assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 23 de Outubro de 1928. — ANTONIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António Maria de Bettencourt Rodrigues*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES

Secretaria Geral do Ministério

Repartição Central

Decreto n.º 16:059

Atendendo às condições especiais do terreno da Ilha da Madeira, bem especificadas na portaria de 10 de Janeiro de 1888;

Tendo em consideração o que me representou a Junta Geral do distrito do Funchal e tendo em vista o parecer do Conselho Superior de Obras Públicas, datado de 11 do corrente, relativo aos projectos dos três lanços da estrada nacional n.º 23, entre as freguesias da Ribeira Brava e Ponta do Sol;

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 2.º do decreto com força de lei n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, e por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta do Ministro do Comércio e Comunicações:

Hei por bem determinar que nos projectos de estradas a construir na Ilha da Madeira se possa adoptar o limite máximo de 12 centímetros por metro nas inclinações e o limite mínimo de 12 metros para os raios das curvas de concordância, quando se tornar indispensável empregá-los.

O Ministro do Comércio e Comunicações assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 20 de Outubro de 1928. — ANTONIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *José Dias de Araújo Correia*.

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Direcção Geral do Ensino Primário e Normal

2.ª Repartição

Rectificações

Para os fins convenientes e para os devidos efeitos se declara que o corpo dos artigos 5.º e 8.º do decreto-lei n.º 16:024, de 10 de Outubro corrente, publicado no *Diário do Governo* n.º 236, 1.ª série, deve ter a seguinte redacção e não como erradamente foi publicado:

Artigo 5.º A nomeação dos inspectores chefes recairá em actuais inspectores dessa categoria e em inspectores de círculo que o Ministro da Instrução repute competentes e idóneos para o desempenho de tais funções.

Artigo 8.º Quando os inspectores de círculo excedam o quadro da respectiva região e não forem colocados nos quadros de outras, o mais moderno exercerá as funções de secretário da primeira, devendo ser provido, mediante proposta favorável do inspector geral, no lugar de inspector dessa ou de outra região logo que haja vaga.

Direcção Geral do Ensino Primário e Normal, 22 de Outubro de 1928. — O Director Geral interino, *Antibal Valdês de Passos e Sousa*.